

SEXUALIDADE E LOUCURA FEMININAS NO CORREIO DA MANHÃ
UM ESTUDO A PARTIR DE MICHEL FOUCAULT

Female sexuality and madness in the Correio da Manhã - A study from Michel Foucault

Isadora Luiza Francisca Alves Flores

isadora94flores@gmail.com

Universidade Federal da Integração Latino-americana - Brasil

João Roberto Barros

joao.barros@unila.edu.br

Universidade Federal da Integração Latino-americana - Brasil

Recibido: 25-02-2019

Aceptado: 31-05-2019

Resumo

O objetivo deste texto é discorrer sobre o papel do discurso jornalístico na construção do feminino no início do séc. XX no Rio de Janeiro. Através da série de reportagens intituladas *Sedutor e Algoz* veiculadas pelo jornal *Correio da Manhã*, será possível visualizar como a relação entre o discurso jornalístico e a produção intelectual que visava o controle sobre a conduta feminina se dava nesse período. Para tanto, recorreremos aos argumentos de Michel Foucault. Através de sua proposta sobre a relação saber-poder e também sobre a influência do gênero folhetinesco sobre o discurso jornalístico, poderemos perceber como esse discurso em específico poderia influenciar apreensões sobre a sexualidade e a loucura femininas no período acima mencionado.

Palavras-chave: Sexualidade, loucura, discurso jornalístico, Michel Foucault, Correio da Manhã.

Abstract

The purpose of this text is to discuss the role of journalistic discourse in the construction of the feminine at the beginning of the 20th century in Rio de Janeiro. Through the series of stories titled *Seducer and tormentor* published by the newspaper “*Correio da Manhã*”, it will be possible to visualize how the relationship between the journalistic discourse and the intellectual production, that aimed the control over the female conduct, occurred during this period. To do so, we will turn to the arguments of Michel Foucault. Through his proposal on the relation between knowledge and power and on the influence of the novel genre on the journalistic discourse, we can see how this discourse could influence apprehensions about female sexuality and madness in the mentioned period.

Keywords: Sexuality, madness, journalistic discourse, Michel Foucault, Correio da Manhã.

1. Introdução

O texto que se segue está dividido em duas partes. Na primeira, serão expostos alguns argumentos do filósofo Michel Foucault a respeito à loucura e alguns saberes que dela trataram a partir da Modernidade. Foucault nos auxiliará nessa genealogia dos saberes ao propor uma relação saber-poder constituinte de objetos. A loucura e a sexualidade como fenômenos evidentemente antigos, mas revestidos de novos discursos, serão um exemplo desse processo.

O saber-poder enfatizado aqui será o periodismo. Nesse sentido, o presente trabalho apresentará caráter qualitativo, baseando-se também na observação e estudo documental. De modo que, na segunda parte do artigo, analisaremos os discursos de cinco reportagens publicadas pelo jornal carioca *Correio da Manhã*, no período de 26 setembro a 1 de outubro de 1901. Vinculado pelas edições de número 105, 106, 107, 108 e 109, esse conjunto de matérias esteve disposto sob o título “Seducitor e Algoz – uma série de crimes”, e denunciou o suposto defloramento de uma moça menor de idade por seu patrão, um comerciante pai de família de origem portuguesa.

A partir da análise desse corpo de reportagens visamos apontar a influência do discurso literário folhetinesco sobre o discurso jornalístico. Objetivamos também propor algumas considerações sobre como a loucura e a sexualidade tida como desregulada, podiam ser então qualificadas sensacionalmente enquanto estopins de episódios de transgressão. Aí reside, a aproximação desses extratos jornalísticos à obra de Foucault. A tendência folhetinesca evidencia uma aproximação entre literatura e periodismo na construção da loucura, da vida infame, conforme aponta Foucault. Dita aproximação se justifica também pelo fato de, no caso brasileiro, a influência da experiência francesa foi marcante no desenvolvimento da imprensa.

2. A loucura, o corpo e o poder em Foucault

É conhecida a grande repercussão que teve a obra *História da loucura na Idade clássica* (2013 [1961]) quando de sua publicação¹. Obra de alcance surpreendente e ousadia também reconhecida. As análises e os esforços interdisciplinares nela contidos foram muito chamativos. Contudo, não exploraremos essa obra neste texto, pois nela Foucault ainda não privilegiava a relação saber-poder em seus argumentos. Daremos ênfase a escritos menores nos quais nosso autor tenta evidenciar como a construção de discursos em algumas áreas do conhecimento estavam perpassadas por relações de poder. A loucura aqui será um objeto de contornos até então estranhos à

¹ Recomendamos a leitura de duas obras sobre os argumentos contidos na *História da loucura*: Derrida, J., “Três tempos sobre a História da loucura” e Roudinesco, E. *et al.*, “Leituras da História da loucura”.

ciência. Contornos esses que poderão ser delineados por relações de poder sobre os corpos e as condutas dos indivíduos.

Para discorrer sobre os *faits divers*² e sua relação com o discurso jornalístico, faremos uso de alguns argumentos de Foucault. Antes de atentar para a positividade ou grandeza do objeto analisado, recorreremos a uma citação do filósofo francês que nos chama a atenção para aquilo que é pequeno ou esquecido.

“[...] há sido muito menos estudado tudo aquilo que nossa civilização rechaça. Pareceu-me interessante tentar compreender nossa sociedade, e nossa civilização, mediante seus sistemas de exclusão, suas formas de rechaço, de negação, através do que não se quer, através de seus limites, do sentimento de obrigação que incita à suprimir um certo número de coisas, de pessoas, de processos [...] do que se deixa oculto sob o manto do esquecimento” (Foucault, 2010a: 368; 2001a: 1.052)³.

Começamos nosso argumento a partir do texto *A vida dos homens infames*, de Michel Foucault. Nele o autor aponta para uma tomada do cotidiano pelo poder através do discurso. Foucault está alertando para uma microfísica do poder. Por ela podemos entender o funcionamento de uma trama complexa composta por diversas relações, instituições e discursos que estarão cada vez mais imiscuídos no tecido social.

“[...] o poder estará constituído por uma espessa rede diferenciada, contínua, na qual estarão entrelaçadas as diversas instituições da justiça, da política, da medicina, da psiquiatria. O discurso, que será formado então [...] será desenvolvido mediante uma linguagem que pretenderá ser o da observação e da neutralidade. O banal será analisado mediante o código [...] da administração, do periodismo e da ciência [...]” (Foucault, 2010b: 690 – grifo nosso; 2001b: 252).

Podemos perceber que essa microfísica do poder⁴ é constituída por instituições (como órgãos de justiça, a polícia) e por saberes (como a medicina, e a psiquiatria). Não obstante, dentre as instituições e discursos abordados e trabalhados por Foucault, no presente trabalho nos interessa a menção ao periodismo como um dos saberes que fariam parte dessa nova caracterização do poder.

² Gênero Jornalístico que visa mobilizar emocionalmente seus leitores por meio do relato melodramático de episódios de natureza abnormal, seja em relação a transgressão de normas sociais e ou naturais (Guimarães, 2004a, 2004b, 2007, 2008, 2009a, 2009b). Segundo Marc Ferro (1983:822), o *faits divers* justamente por privilegiar a cobertura de desvios, também explicitariam as regras que regem o funcionamento do corpo social, permitindo assim, a reflexão histórica da abnormalidade, cujo significado varia ao longo do tempo e através das culturas.

³ Todas as citações das obras de Foucault contêm a referência da tradução, seguida do original.

⁴ Foucault utiliza a expressão microfísica do poder para deslocar suas análises do Estado. Tomando distância deste como aparelho central do poder, seria possível considerar o desenvolvimento de diversos saberes específicos que se articulam em situações pontuais. Não se trata de uma sinonímia entre Estado e poder, tendo o primeiro como ente acima do corpo social. Em lugar disso, a microfísica do poder foca nos micro-poderes dispersos no corpo social. Nas palavras de Machado (1979: 12), “a investigação sobre dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo” será uma grande inovação dessa proposta.

Nesse sentido contribuição do periodismo seria a de envolver o cotidiano banal pelo discurso, dando visibilidade ao que antes era sem importância e inexpressivo. Essa estratégia possibilitaria que o poder passasse a atuar através dele sobre corpos e condutas que antes estavam à margem. Nas palavras do próprio Foucault, esta seria a “primeira eclosão do cotidiano, quando essas coisas e esses homens passem a ser convertidos em *affaires*, acontecimentos, casos” (Foucault, 2010b: 690; 2001b: 251).

Segundo Beatriz Marocco em seu artigo “Foucault y el periodismo”:

“Em sincronia com a literatura de observação social praticada por V. Hugo (*Os Miseráveis*), F. Dostoiévski (*O jogador*), C. Baudelaire (*As flores do mal*) entre outros grandes romancistas, os periódicos fazem visível o cotidiano imoral e perigoso de figuras históricas ligadas ao jogo, a prostituição, a vagabundagem e os perigos da noite. Os relatos que produzem são provas evidentes da articulação do periodismo com uma rede de instituições mundiais, com os mais diversos discursos científicos e filosóficos e as batalhas locais pela ordem por eles supostas” (Marocco, 2003: 11⁵).

Ou seja, o que Foucault argumenta é que algumas vidas infames oriundas desse cotidiano que antes não mereciam atenção, agora serão evidenciadas pelo discurso jornalístico revestido de poder. Essas vidas infames passam a ter uma dupla relação com o discurso e o poder. Em primeiro lugar elas somente ganham vida e saem à luz mediante o encontro com o poder. Nesse encontro sua verdade é constituída e disseminada. Em segundo lugar, a notoriedade que lhe é dada pinça um pequeno fragmento dessas vidas antes esquecidas, revestindo esse fragmento de uma verdade perene e dominante. O antes e o depois, portanto, não serão considerados. Obviamente, o discurso jornalístico não vai em direção a essas vidas infames de mãos vazias. Suas armas são, em muitos casos, outros discursos considerados científicos e com forte respaldo social. Nos casos abordados a seguir, veremos como os discursos jurídico e médico serviram como ferramentas para a mediação do cotidiano pelo periodismo.

Como veremos também mais adiante, outra característica do periodismo a partir desse período é a influência que a literatura exerce sobre ele. O periodismo passa a ser cada vez mais tributário do discurso literário. Todavia, não de toda e qualquer literatura, mas aquela de corte folhetinesco e sensacional.

“A partir do séc. XVIII o Ocidente viu nascer toda uma ‘fábula’ da vida obscura [...] No momento em que é posto em funcionamento um dispositivo para obrigar a dizer o ‘infimo, o que não se diz, o que não merece nenhuma glória, e por tanto ‘infame’, é criado um novo imperativo que constituirá o que poderia ser denominado a ética imanente do discurso literário do Ocidente” (Foucault, 2010b: 691; 2001b: 252).

⁵ A tradução é nossa.

O uso do periodismo nesse tempo refere-se ao contexto europeu, mais precisamente na França. Não obstante, podemos relacionar tal dinâmica ao caso brasileiro a partir do exemplo analisado mais abaixo. Atentar para a união entre periodismo e literatura sensacional para dizer o cotidiano, para envolvê-lo pela escritura, pelo discurso, fazendo-o visível ao poder, é de suma importância para compreendermos como o cotidiano começa a ganhar notoriedade de forma crescente.

“Mais que qualquer outra forma de linguagem, a literatura continua sendo o discurso da ‘infâmia’, a ela corresponde dizer o mais indizível, o pior, o mais secreto, o mais intolerável, o sem vergonha. [...] é preciso não esquecer que esta posição singular da literatura não é mais que o efeito de um dispositivo de poder determinado que atravessa no Ocidente a economia dos discursos e as estratégias do verdadeiro” (Foucault, 2010b: 692; 2001b: 253).

A partir dessa nova característica do periodismo sensacional, destacamos a loucura como uma vida infame por excelência. Foucault nos ajuda a entender como a loucura era fruto de alguns sistemas de exclusão presentes na sociedade.

“Existem, a grosso modo [sic], quatro sistemas de exclusão que podem ser encontrados em todas as sociedades”: sistema de exclusão em relação ao (1) trabalho (produção econômica), à (2) “família” (reprodução social), (3) “marginalidade em relação ao discurso” e (4) exclusão em relação aos jogos/festas (Foucault, 2010c: 756-757; 2001b: 483-484).

“Os loucos eram esses indivíduos excluídos simultaneamente dessas esferas da produção, da família, do discurso e do jogo” (Foucault, 2010c: 757; 2001b: 484). Em caso de não estar apto ou ser capaz de trabalhar. Em caso de desvio quanto à conduta sexual, ou mesmo o celibato. Quando às palavras desse indivíduo, elas não recebem a mesma importância em relação aos demais. Da mesma forma quando são igualmente incapazes de participar do jogo ou têm um estatuto diferente na realização das festas. Todos esses sistemas de exclusão operam simultaneamente para a definição do louco na sociedade Ocidental. No que diz respeito ao trabalho, Foucault afirma que “[...] o primeiro critério para determinar a loucura em um indivíduo consiste em mostrar que é um homem inapto para o trabalho” (Foucault, 2010d: 321; 2001a: 998).

“[...] nos hospitais psiquiátricos modernos são praticados frequentemente os tratamentos mediante o trabalho. A lógica que subjaz esta técnica é evidente. Se a inaptidão para o trabalho é o primeiro critério da loucura, basta aprender a trabalhar no hospital para curar a loucura” (Foucault, 2010d: 324; 2001a: 1.002).

Ou seja, o louco como vida infame mais eloquente, encontra no trabalho um critério fundamental. Tanto é assim que a cura para a loucura foi associada por muito tempo à reinserção na

lógica do trabalho. Nada obstante, como veremos a seguir, no contexto histórico tratado, a boa conduta laboral feminina no trabalho podia estar associada também a subordinação sexual à um regime de constante vigilância e controle.

3. A construção do feminino nas páginas do *Correio da Manhã*

Em seu livro “Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX” Ana Paula Vosne Martins (2004) sustenta que, desde o século XVIII, teorias a respeito de supostas singularidades do corpo feminino, suas patologias e sistema reprodutivo, contribuíram decisivamente para a legitimação e justificação de desigualdades de gênero na vida pública e privada de homens e mulheres (Martins, 2004: 31). Empreendimentos intelectuais cuja incidência em território brasileiro verificar-se-ia já a partir da metade do século XIX, tendo em vista um crescente clima intelectual de ambições interventoras nos hábitos e, conseqüentemente, nos corpos da população (Soihet, 1989: 40; Engel, 2004: 42; Martins, 2004: 177).

Nesse sentido, partimos da perspectiva de que a natureza de qualquer discurso produzido a respeito de corpos sexuados, tanto de homens como mulheres evidenciam elementos caros às disputas e relações de poder de seu contexto de produção. De maneira que, ao analisarmos fontes oriundas do periodismo, objetivando também vislumbrar alguns dos sentidos que significavam as vivências femininas no Rio de Janeiro nos anos iniciais da república.

Em sintonia ao pressuposto de Foucault anteriormente evocado de que o periodismo vai de encontro com a realidade influenciado por discursos científicos, Valéria Guimarães (2013) observa que o discurso jornalístico é dotado de “permeabilidade”, apresentando-se como uma construção intelectual composta também em função das referências daquele que lida com as informações (Guimarães, 2013: 37). De tal modo, a cobertura de episódios de violência do início do século XX por repórteres anônimos, e em sua maioria, jovens de classe média e alta, estudantes de Faculdades de Direito e Medicina (Barbosa, 1997: 91) desvelam-nos a influência de preceitos da intelectualidade da época, mas também, as limitações desses mesmos discursos diante de uma realidade concreta que desafiava cotidianamente os papéis sociais prescritos aos sexos por intelectuais e cientistas⁶.

Outro fato importante para apreensão dessas reportagens é a contextualização do veículo impresso na qual foram vinculadas. O *Correio da Manhã* foi um jornal publicado entre 15 de junho

⁶Como nos indica a análise da bibliografia centrada nas experiências femininas desse período (Chalhoub, 2004: 173-213, Esteves, 1989; Soihet, 1989: 191) entre as classes populares vigorava o imperativo da luta cotidiana pela sobrevivência, fato esse que impeliu processos de dissidência e mesmo ressignificação dos modelos de feminilidade oriundos das camadas médias e altas.

de 1901 a 8 de julho de 1974 na então capital de um recente regime republicano⁷, a cidade do Rio de Janeiro. Fundado pelo advogado gaúcho Edmundo Bittencourt, o periódico se consolidou já no início do século como uma das mais importantes folhas cariocas (Barbosa, 2010: 41-48). Historicamente reconhecido por seu oposicionismo ao governo do então presidente, Manuel Ferraz Campos Sales (Edmundo, 2003: 246; Sodré, 1998: 286; Martins e Luca, 2006: 50) o periódico propôs sua combatividade atrelando-a discursivamente à uma autoproclamada “defesa do povo” e da “verdade” (*Correio da Manhã*, 15-06-1901: 1).

Nada obstante, os esforços do corpo editorial do *Correio* pela conquista e manutenção de um público cativo não se restringiriam aos seus artigos de honra ou as campanhas encabeçadas pelo seu fundador e escritas em tom sensacionalista (Garzoni, 2009; 9-10; Garzoni, 2011: 172), sendo perceptíveis também em reportagens construídas a partir do relato melodramático de violentas cenas de sangue. Percepção corroborada também por Guimarães (2014) em seu artigo “Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os *faits divers* criminais” classificaria o *Correio* enquanto “muito sensacionalista”. Segundo a autora, ainda no primeiro ano da folha, essas reportagens, os *faits divers*, chegaram a ocupar em algumas edições 40% da superfície do periódico (Guimarães, 2014: 124).

Publicada justamente nesse período, mais especificamente em setembro de 1901, encontra-se a reportagem inicial da cobertura que analisaremos no presente trabalho. Sob o título garrafal “Sedutor e Algoz” e dispondo de uma narrativa marcadamente melodramática, o *faits divers* em questão ocupou um espaço considerável da referida edição: quase dois oitavos da sua segunda página. Ainda que não contendo informações que indiquem sua autoria, a disposição espacial do relato nos indica o potencial de mobilização sensacional conferido a reportagem pelo corpo editorial do *Correio*. De forma que, a reconstrução jornalística da história da jovem “alemã” (*Correio da Manhã*, 26-09-1901: 2) tomou boa parte da segunda página, local tradicionalmente designado pelo periódico à breves narrativas de transgressão.

Estruturada em quatro partes, a narrativa da primeira reportagem da série “Sedutor e Algoz- Uma série de Crimes” não atende a uma linearidade temporal. Se em um primeiro momento o *faits divers* introduz um panorama de felicidade e harmonia estipulado a partir da descrição do lar Triger, de pronto contrapõe tal cenário à descrição vertiginosa de um “forte ataque” psicótico, protagonizado anos depois pela caçula Triger em uma Estação de trem (*Correio da Manhã*, 26-09-1901: 2). Apenas então, são narrados a suposta “série de crimes” que teriam vitimado a menor Clara Triger, ocasionando a deterioração de sua saúde mental.

Atentemo-nos, portanto, as especificidades conferidas a algumas das categorias mobilizadas nessa narrativa, sendo a primeira delas a família, elemento privilegiado pelo jornal nos antecedentes do ocorrido. Segundo a folha, Clara “uma menina de lindos cabelos loiros, que emolduravam um

⁷ A Proclamação da República Brasileira ocorreu em 15 de novembro de 1889, por meio de um golpe de Estado político-militar, que instaurou a forma republicana presidencialista de governo no Brasil, encerrando a monarquia constitucional parlamentarista do Império.

rostinho sympathico, de olhos azues e fina tez embranquecida” nasceu sobre a proteção de um lar honesto e puro, onde “o afeto”, “o amor” e a “amizade” uniam uma família onde “reinava a paz e a felicidade” (Correio da Manhã, 26-09-1901: 2). Ambos os pais são descritos como laboriosos, sendo o pai referido como “chefe de família” e a “idolatrada” mãe, proposta como uma figura compassiva, atenta as necessidades emocionais dos três filhos, “embalando-os” e “com carícias enxugando suas as lágrimas” (Correio da Manhã, 26-09-1901: 2). É somente a partir do abandono da casa onde residia a família, após as mortes consecutivas do Sr. e da Sra. Triger, que a “interessante” menina Clara (Correio da Manhã, 26-09-1901: 2) teria se encontrada desprotegida.

A orfandade é, portanto, estabelecida como fator deflagrador da vulnerabilidade dessa jovem que, posteriormente, seria vítima de um “Sedutor Algoz”. Subentende-se, portanto, uma leitura da família e do poder pátrio como instituições fundamentais na salvaguarda da honra. Não somente, tal artifício narrativo somado a desonra que macularia sua protagonista, aproximaria tal narrativa de outras formas populares de literatura, sobretudo os chamados *romances de sensação*, muitos deles pautados por aquilo que El Far (2004) denominaria a temática das meninas “desgraçadas”. Segundo a pesquisadora:

“Incontáveis páginas de literatura oitocentista aludiram à trágica vida de moças que tiveram sua virtude imolada e perseguida pelo capricho e tirania de pessoas vis e criminosas. Em muitos casos, ludibriadas pelos encantos de um conquistador, perdiam a virgindade, em outros conferiam sua desgraça ao fato de estarem sozinhas no mundo, órfãs de família, da solidariedade alheia e de um futuro promissor. Eram, em resumo, vítimas inocentes de um destino injusto, impelidas, portanto, a verdadeiros tormentos e aflições” (El Far, 2004: 146).

De tal forma que, tanto o seu teor melodramático, como a opção da folha em cobrir os supostos crimes infligidos contra Clara, estabelecendo no início da reportagem, um cenário de felicidade e harmonia, aproxima a composição da referida reportagem daquelas empregadas em fictícias narrativas sensacionais orientadas pela temerosa noção da “fatalidade”. Noção a partir da qual, segundo El Far (2004), vítimas de um destino impiedosa, virtuosas protagonistas se viam imersas “numa sucessão de acontecimentos trágicos que maculavam a candura de seu caráter”, impedindo-as de “desfrutar de um futuro venturoso à altura de sua honestidade” (El Far, 2004: 147).

Nas palavras da autora:

“[...] “desgraça” atribuída a essas jovens donzelas vinha do “infortúnio da vida”, da “fatalidade” que ocorria a algumas, “por culpa da maldade ou do vício de outros, ou mesmo pelas forças divinas”. Em razão disso, perdiam a pureza de seus corpos e a ingenuidade de suas almas, estando assim entregues às mais diversas desventuras elaboradas pela imaginação dos escritores. Esses percalços despertavam comoção nos leitores e, ao mesmo tempo, alertavam as moças e seus familiares sobre os perigos existentes em qualquer sociedade” (El Far, 2004: 146).

Demonstrando a profusão dessa fórmula, verificamos que algumas das ficções melodramáticas vinculadas pelo jornal também se utilizariam dessa estrutura narrativa. A título de exemplo podemos elencar o folhetim “Evandra”, publicado na edição de número 143, no dia 4 de novembro de 1903. Narrativa centrada na “desgraça” de uma jovem órfã, dócil, que seduzida pelo filho de seu patrão, teria engravidado sendo forçada pela família do rapaz a abortar. Depois disso, Evandra, como uma típica “desgraçada” “atacada pela violência no físico e moral” passaria a denotar fisicamente sua condição, definindo ao ponto de parecer “cadavérica” (Correio da Manhã, 04-11-1903: 2). Semelhantemente, Clara Triger, também seria descrita, na visita do repórter ao hospício, como detentora de uma “palidez de quem muito sofreu” (Correio da Manhã, 26-09-1901: 2). O desfecho de Evandra, no entanto não seria acabar em um hospício, mas sim assombrar a casa de seus padrões após atentar contra sua vida, suicidando-se por envenenamento com láudano⁸.

Os pontos comuns entre a reportagem e o citado folhetim explicitam a apropriação na construção de *faits divers* de elementos narrativos compartilhados por ficções sensacionais de caráter popular. No que toca especificamente aos folhetins, Merlyse Meyer (1996), autora de “Folhetim: Uma História”, corrobora-nos tal percepção ao listar alguns desses “pontos comuns”. A pesquisadora postula que, em muitos casos, a narrativa folhetim, a despeito de sua extensão, se apropriaria daquilo que caracteriza como a totalidade imanente do *faits divers*. Segundo Meyer (1996), semelhantemente *aos faits divers*, a repetição estrutural dos folhetins também produziria um sentido misterioso, “o grude que mantém preso o leitor, que “sabe” perceber as “coincidências” habilmente montadas pelo autor-Providência” (MEYER, 1996: 100).

Nada obstante a pesquisadora também destaca o comum “patético das situações e dos personagens” e “o gosto pelo excesso melodramático, os contrastes” de ambas as formas produções (MEYER, 1996: 100). Muitos desses elementos narrativos que podemos verificar também na produção dos *romances de sensação*, também construídos a partir do uso de antíteses, contrastes entre o bem e o mal, tal como de noções como a fatalidade, coincidência e destino (El Far, 2004: 146). Segundo El Far (2004), os *fait divers* chegavam a servir de inspiração para romances dessa natureza:

No Rio de Janeiro de finais do século XIX, os “casos do dia” não só rechearam as páginas dos principais periódicos da cidade como também serviram de inspirações para os escritores que construíram suas histórias intercalando o drama vivido pela personagem central com inúmeras outras cenas de caráter inusitado. Questões relevantes na sociedade brasileira daquele tempo, [...] apareciam em meio a enredos atraentes e cativantes (El Far, 2004: 180).

Nesse sentido, a própria opção pela cobertura da “série de crimes”, supostamente perpetuados contra Clara Triger, pode ser justificada pela potencialidade de comoção implícita na história de defloração de uma menor órfã, uma “desgraçada” da vida. Com efeito, forma a equilibrar o teor melodramático da reportagem e sustentar a distinção de tal narrativa como um

⁸Substância a base de Ópio com efeito sedativo.

discurso jornalístico, essa mesma narrativa evocaria a aspiração de intervenção social pela qual, como já indicamos anteriormente, o corpo editorial do *Correio* continuamente pleiteou a legitimidade de seu empreendimento jornalístico em seus artigos de opinião. Importante elemento na negociação da confiabilidade do citado relato, a ambição da folha em supostamente “desvendar” o ocorrido, foi proposta em virtude da uma alegada missão de tudo informar aos leitores para que a sociedade ficasse “expurgada” de elementos maus (*Correio da Manhã*, 26-09-1901: 2).

Conquanto, de forma a sustentar sua representação de um importante comerciante como um “algoz sedutor”, não coube ao corpo editorial da folha apenas reiterar um posicionamento interventor mediante os males do corpo social. Ao optar, narrativamente, pela mobilização de um vocabulário cujas adjetivações enfatizaram Clara como uma menor passiva, recatada, branca, simpática e de uma família pura e boa, a reportagem nos parece negociar junto aos seus leitores uma imagem de feminilidade passível de proteção mediante seu defloramento. Ou seja, a representação uma moça cuja honra foi “roubada” por um homem vil, e não entregue por motivos de excitação ou ganância. Segundo Esteves (1989) o papel conferido ao elemento moral na apreciação desses crimes não era apenas disputado no âmbito cotidiano, mas era também subentendido no próprio Código Penal, uma vez que a sedução, engano ou fraude, embora sistematizados,

“[...] seus significados e conteúdos não estavam definidos no Código e ligavam-se diretamente ao conceito honestidade, um valor não codificável, as exigências do crime envolviam-se em questões subjetivas. Mais uma vez foi Viveiros de Castro o primeiro a tentar delimitar e organizar esses conceitos e, conseqüentemente, as imagens da mulher honesta. Para comprovar sedução, engano ou fraude, definidores da culpabilidade do réu, a mulher que procurasse reparar uma ofensa teria então, que articular um discurso convincente sobre sua honestidade, dentro dos parâmetros esboçados pelo saber jurídico e também médico” (Esteves, 1989: 38).

Com base na análise de casos criminais Esteves (1989), constataria ainda outro elemento que dificultava a apreensão da culpabilidade de réus de crimes sexuais: a cor das ofendidas. O que por sua vez pode auxiliar-nos a compreensão de alguns dos preceitos pelos quais socialmente eram concebidas feminilidades passíveis de proteção. Segundo a autora:

“[...] constata-se a maior dificuldade das jovens pobres de “cor”, principalmente as pretas, de conseguir algum benefício ao procurarem a Justiça por crime sexual. Quanto mais distantes da elite em termos de “cor”, mais as moças pobres deveriam sentir-se discriminadas e marginalizadas pela Justiça, mais difícil seria provar sua honestidade e, conseqüentemente, a culpa do acusado” (Esteves, 1989: 111).

Assim sendo, em um contexto histórico no qual a honra era um conceito sexualmente localizado, em que produções de respaldo científico e caráter racista divulgavam discursos a respeito da conduta feminina para diferenciar as verdadeiras “seduzidas” das tidas mulheres “sedutoras”, o apelo dramático da reportagem “Sedutor e Algoz” pode ser apreendido também como

produto da representação de sua protagonista, atendendo tanto parâmetros raciais, como uma jovem aloirada de família alemã e também comportamentais, afinal, mesmo tendo supostamente tentado proteger sua honra, fugindo das carícias de seu algoz, ainda que essas uma vez repudiadas, se transformassem “rápidas em censuras”, a “sympatica” “alemã” não teria conseguido impedir que seu patrão, um homem primitivo, satisfizesse seus “instintos bestiais” à “força de pulso e de ameaças” (Correio da Manhã, 26-09-1901: 2).

Clara, que não teria tirado vantagem de sua “sympathia” tendo sido forçosamente tomada de sua virgindade, distanciava-se, portanto, das temidas especuladoras da honra. Categoria de mulheres a que advertiria a intelectualidade da época, a exemplo de Francisco José Viveiros de Castro (1936), pioneiro na produção de uma jurisprudência centradas na punição e controle de crimes sexuais. O ilustre professor de Direito e defensor de concepções lombrosianas sobre a natureza dos criminosos, recomendava o interrogatório das ofendidas em casos de crimes sexuais, sobretudo se os réus se tratavam de senhores de “fortuna” e “boa posição social”, fatores esses, que para o jurista tornavam os homens mais suscetíveis aos “laços” da “especulação” e da chantagem (Castro, 1936: 88-89).

Cabe observar nesse sentido, que segundo a reportagem Clara também foi obrigada pelo seu patrão a consumir substâncias abortivas, tendo cometido três “fetícidios” (Correio da Manhã, 26-09-1901: 2). Abortos que teriam deixado sequelas na jovem, que passou a sofrer de febres e ataques nervosos. Em função dessas crises, Clara teria sido eventualmente internada em um hospício pelo doutor Souza Lemos.

A menção ao hospital psiquiátrico como recinto destinado à reclusão e tratamento de vidas ociosas não é algo que pode passar despercebido em nossa análise. Foucault faz uma associação muito forte entre criação dos hospícios e a formação da sociedade capitalista.

“A partir do séc. XVII a presença do louco [...] tornou-se literalmente intolerável [...] O começo do séc. XVII é, na Europa, especialmente na França e na Inglaterra, o princípio da organização social, política e estatal das sociedades capitalistas. [...] Em uma sociedade como esta, a existência de uma massa de população ociosa chega a ser literalmente impossível e intolerável” (Foucault, 2010c: 765-766; 2001b: 494).

Ou seja, em uma sociedade que ganha contornos capitalistas cada vez mais fortes, seria inadmissível conviver com indivíduos inaptos ao trabalho. Sua exclusão e seu tratamento são impostos de modo paulatino a fim de estarem adequados aos novos tempos. Exemplificando a valorização do trabalho nesse contexto histórico, observaremos a seguir que tanto a conduta laboral de Clara, quanto a de seu patrão, seriam investidas de importância em meio a cobertura jornalística do suposto defloramento da “alemãzinha”

Ne ocasião da entrevista supostamente concedida nas próprias instalações do hospício, onde o jornal a encontrou, a jovem teria declarado preferir a morte a ver o retrato de seu antigo patrão. Clara teria tecido ainda as “piores referências” a respeito do seu patrão, “principalmente sobre o

modo porque adquiriu a fazenda de Santo Antonio” (Correio da Manhã, 26-09-1901: 2), dando a entender irregularidades no negócio em questão. A caracterização de Almeida como um homem de conduta irregular no âmbito laboral seria aprofundada em uma reportagem publicada no dia 27 de setembro onde o é referido o desligamento do comerciante de sua antiga sociedade comercial por motivo de “péssimo comportamento” (Correio da Manhã, 26-09-1901: 2).

Se o modelo ideal de mulher foi circunscrito o mundo doméstico, tendo como principais índices de moralidade sua fidelidade ao marido e sua dedicação à maternidade, a masculinidade ordeira era pautada pela conduta do homem no mundo do trabalho, em virtude da sua natural “obrigação” de prover “honestamente” a subsistência da sua família (Soihet, 1989: 279). Para Esteves (1989), mesmo em tribunais, esse era um elemento frequentemente evocado para o estabelecimento da “inocência” de réus no julgamento desses tipos penais.

“Na formação da inocência de um homem e culpa de uma mulher, eles eram julgados prioritariamente pelo seu trabalho e elas, pela conduta moral. As mulheres deveriam controlar seu sexo e os homens suas indisposições para o trabalho. Os homens nem necessitavam de muitas qualificações, simplesmente era citado o fato de serem trabalhadores. Era o bastante” (Esteves, 1989: 79).

Todavia, se por um lado são tecidas insinuações sobre a reputação profissional de Almeida, a segunda reportagem referente ao caso, publicada no dia 27 de setembro de 1901, parece ter sido proposta de forma a salvaguardar as carreiras de alguns homens de importância citados anteriormente.

Centrada no depoimento de Dr. Souza Lemos, que na primeira reportagem foi apontado como o responsável pelo internamento de Clara, a narrativa da segunda desvincula-o de qualquer responsabilidade pelas supostas atrocidades sofridas pela moça, embora o médico admita ter empregado a menor por um período breve de tempo. Segundo seu depoimento, a moça teria sido entregue aos seus cuidados pelo próprio Almeida, que na ocasião não apenas assegurou que a órfã ainda era virgem, chegando a aconselhar Souza Lemos que não deixasse a menor sair sozinha na rua em virtude disso (Correio da Manhã, 27-09-1901: 2).

Apenas tempos depois, uma vez examinada por um colega do doutor em decorrência de “fortes dores abdominais”, que o desvirginamento de Clara teria sido descoberto por Souza Lemos (Correio da Manhã, 27-09-1901: 2). Diante dessa descoberta, o médico teria prontamente tratado de impelir Almeida a escrever uma declaração de que a jovem havia sido levada a sua residência já deflorada. Atitude a partir da qual, verificamos a preocupação desse homem da sociedade de se blindar das possíveis repercussões desse defloramento.

Notemos ainda que, embora a reportagem indique que Dr. Souza Lemos não teria contactado a polícia mesmo depois que Clara atribuiu sua “desgraça” ao seu antigo patrão, o doutor parece ter prontamente entrado em contacto com o *Correio* quando seu nome foi associado ao internamento da jovem na primeira reportagem, concedendo a sua versão dos fatos para a edição que seria publicada

já no dia seguinte. Elemento sugestivo de que o envolvimento em episódios de condutas sexuais desregradadas, poderia também afetar a reputação de homens da alta sociedade, sobretudo se publicitadas em tom folhetinesco nas páginas de um jornal de renome.

Por sua vez, a terceira reportagem publicada sobre o título “Seducutor e Algoz- Uma série de crimes” no dia 28 de setembro de 1901, vincularia uma contraposição do depoimento do Dr. Souza Lemos, como da esposa de Virgílio, Ilda Almeida e de Mauricio Triger, irmão de Clara, que juntos foram a redação para prestar esclarecimentos sobre as acusações anteriormente publicadas. Na ocasião, Ilda Almeida teria atribuído o escândalo a uma conspiração de “inimigos” de Virgílio, devido à sua saída de sua antiga companhia, a mesma que, na reportagem anterior, o teria acusado de “péssimo comportamento” (Correio da Manhã, 28-09-1901: 2). A senhora também teria assegurado que Clara foi entregue em “perfeito estado de saúde” (Correio da Manhã, 28-09-1901: 2) à residência do Dr. Souza Lemos, alegadamente referido no seu depoimento como amigo da família.

Ainda segundo a reportagem, Ilda garantiu que tentou vigiar Clara enquanto a jovem residiu em sua casa, chegando a afirmar que a moça possuía um aposento próprio com chave. Todavia, a Sra. Almeida alegou não poder “absolutamente garantir o pudor da menina” por, em mais de uma ocasião, ter encontrado Clara na companhia de “tropeiros” (Correio da Manhã, 28-09-1901: 2). Já Mauricio Triger, o irmão da suposta ofendida, teria alegado que a moça era mais velha, contando com 16 anos quando foi trabalhar na residência da família Almeida, já tendo passado por outras casas das quais teria saído por “portar-se mal” (Correio da Manhã, 28-09-1901: 2).

Pontuemos as alegações supostamente elencadas nos depoimentos de Ilda e Maurício em contraponto à representação de Clara como uma virtuosa menor desgraçada por seu patrão: ter sido flagrada na presença de homens fora vigilância de sua patroa, ser maior de 16 anos quando residiu na casa dos Almeida e já ter se portado mal em empregos anteriores. Tomando os sistemas de exclusão mencionados por Foucault, observamos que na cobertura do suposto defloramento da jovem Clara Triger como a adequação ao trabalho e aos padrões de conduta sexual da época são fatores disputados, narrativamente, também por aqueles que visam salvaguardar a reputação de Virgílio.

Conforme nos aponta Esteves (1989: 43-44), a circulação de moças além dos limites da vigilância de sua família ou de seus patrões, foi um elemento frequentemente aludido em tribunais como um indicador de impropriedade das ofendidas. O que por sua vez, evidencia-nos que, pelo menos entre os setores médios e altos da sociedade, tal prática poderia ser interpretada como uma infração dos padrões de conduta, então idealizados para a porção feminina da população, e como tal, um elemento que poderia ser instrumentalizado de forma a desqualificar possíveis vítimas de crimes sexuais.

Já a suposta alegação de Maurício Triger, no que diz respeito idade de Clara, embora não assuma uma dimensão de elemento desqualificador moral, subentende implicações no que diz respeito à gravidade que poderia ser conferida ao suposto crime. Daí a forma enfática com o qual a folha classificou como mentirosa a afirmação do rapaz, caracterizando-o como alguém de má

reputação, cujo próprio “passado” contra ele deporá. Com efeito, mesmo que contanto com 16 anos, Clara ainda fosse considerada legalmente menor de idade, uma prerrogativa para o enquadramento do crime de defloramento, o art. 272 do Código Penal estipulava como pressuposto “commettido com violência” o crime de rapto, violência carnal e defloramento, se a pessoa ofendida for fosse “menor de 16 annos” (Brasil, 1890, Art.272).

De tal modo que, a idade da vítima, como um elemento fundamental para a apreensão jurídica de crimes contra honra, pode ter sido instrumentalizada pelo jornal em sua primeira reportagem com o objetivo de sustentar um agravante aos alegados abusos. Assim como também a afirmação do irmão pode ter sido empregada em uma tentativa de atenuar as acusações contra Virgílio, tal como a terceira reportagem de “Sedutor e Algoz” insinua ao colocar em xeque a reputação de Maurício.

Outra afirmação atribuída ao irmão da menina, a de que Clara teria tido problemas em empregos anteriores, desvela-nos algumas especificidades desse contexto histórico no que diz respeito à apreciação da índole de mulheres empregadas no serviço doméstico. Mesmo que discursos médicos e jurídicos alertassem contra os supostos males do trabalho feminino, ao que tudo indica, foi somado ao enredo da desqualificação de Clara, justamente o fato da moça alegadamente ter sido dispensada de outras casas em que havia trabalhado por ter se portado mal. Depreciação a partir da qual concebemos a hipótese de que, no caso de mulheres pobres, especialmente as que exerciam atividades ligadas ao serviço doméstico, a subordinação à vigilância e a autoridade dos seus patrões, em alguns casos até mais do que a atividade laboral em si, poderia ser discursivamente positivada como indicador de boa conduta.

Para contextualizar historicamente tal proposição, recorremos ao livro “*Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*”, no qual a historiadora Sandra Graham (1992) defende que as “ameaças” da abolição e do contágio entendido, tanto em seu sentido epidêmico, mas também moral, tornaram a conduta de empregados domésticos um objeto debatido mesmo em âmbitos institucionais em finais do século XIX (Graham, 1992: 133). Inquietude experimentada por patrões que mesmo “dependentes dos criados para fornecer a suas casas todos os serviços imagináveis, básicos ou triviais” (Graham, 1992: 134) desconfiavam da transitoriedade experimentada por criada/os que cada vez mais tomavam as ruas, chegando inclusive a habitar moradias populares, os temidos cortiços ou casa de cômodos (Graham, 1992: 133-147).

Nesse sentido, Sônia Roncador (2007) em seu artigo “O demônio familiar: Lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida” sustenta que os discursos que pautaram a renovação/modernização da vida doméstica, iniciada no segundo Império, “mas levada a cabo nos anos da Primeira República”, contribuiriam para aumentar a desconfiança dos patrões com respeito a seus empregados domésticos. Uma vez associados às doenças, sujeira, criminalidades e outros males da classe baixa, os empregados domésticos “tornaram-se uma espécie de classe incômoda, ou pior, inimiga do projeto de modernização, ou civilização da vida e espaço domésticos, idealizado pelas elites na virada do século” (Roncador, 2007: 114). Assim, à medida em que os padrões sociais

e culturais se transformavam para acomodar as mudanças deflagradas pelo fim da escravidão e as apropriações de novos sentidos para a família e o lar, novas dimensões também eram acrescidas ao medo social de que eram objeto as tidas classes perigosas e, por tabela, os domésticos, possíveis focos de incivilidade e insubordinação, cuja presença era imprescindível para a manutenção do modo de vida dos sobrados da elite.

Com efeito, Roncador (2007) nos aponta que:

“Em parte, como resposta a essas tensões domésticas sucessivas ao fim da escravidão, na última década do século XIX e início do XX, ou seja, nos anos da chamada Belle Époque brasileira, diversos manuais domésticos surgiram e logo se popularizaram no Brasil. Dirigidos a um público exclusivamente feminino, tais manuais se propunham “normatizar” o serviço doméstico segundo padrões burgueses de higiene, eficiência, ordem, etc., e uma visão, também burguesa, da casa enquanto “lar,” ou seja, associada aos valores de privacidade, aconchego, harmonia. Cabia à dona de casa, de acordo com esses guias domiciliares, zelar pelo lar doméstico, e, assim sendo, sua relação com os empregados, ou sua habilidade para torná-los dóceis, obedientes, servis, constituiu-se num dos temas prediletos desses manuais” (Roncador, 2007: 95).

Diante do direcionamento desses manuais para as senhoras donas de casa e retomando a versão publicada pelo jornal do depoimento de Ilda Almeida, concebemos a idealização da incumbência dessas mulheres de controlar e disciplinar seus empregados, também como um desdobramento dos já citados projetos que buscavam fixar a imagem da mulher como baluarte da instituição familiar. Desse modo, em uma narrativa em que Ilda parece tentar se desvencilhar da responsabilidade do controle de sua criada, enquanto simultaneamente desqualifica a conduta sexual/moral da jovem, fica explicitado como a responsabilidade pelo controle da sexualidade atravessava primeiramente os corpos e a vivência feminina.

Então também imaginadas como elementos reguladores da sexualidade de seus maridos, às donas de casa cabia zelar ainda pela honra de suas empregadas, uma vez que estas compartilhavam do convívio com sua família. Daí a suposta justificativa de Ilda de não ter conseguido vigiar Clara por que precisava cuidar de seus filhos pequenos. Adendo, a partir do qual, localizamos a importância concedida à vigilância na dinâmica entre patroas e suas empregadas, ao ponto que, a impossibilidade de exercer tal controle figurou investida de relevância na apreensão jornalística de um crime sexual.

Publicado no dia 29 de dezembro de 1901, o quarto segmento de “Seducitor e Algoz” já em seu primeiro parágrafo afirma que o *Correio* vinha recebendo “diversas” cartas onde eram “formuladas as mais graves acusações contra Virgílio Viera de Almeida” (*Correio da Manhã*, 29-09-1901: 2). A partir daí vincula novas declarações do Dr. Souza Lemos. Como podemos constatar a seguir, a narrativa do *faits divers* enaltece o médico, cujo “modo de proceder” é caracterizado como “o mais forte testemunho da veracidade de sua palavra” (*Correio da Manhã*, 29-09-1901: 2). Nada obstante, a folha dispõe de seu depoimento de forma tendenciosa: antecedido pela alegação de

cartas que corroborariam a culpa de Virgílio, e sucedido por um parágrafo que especula sobre o “incomodo moral” que o “distinto” médico estaria experimentado diante da situação, segundo o jornal um estado “perfeitamente justo e digno de louvor” por se tratar de “um monstruoso crime, de cujas minúcias só tomou conhecimento agora com os dados que temos publicado” (Correio da Manhã, 29-09-1901: 2).

Esse *faits divers* investe veracidade e distinção ao depoimento de Dr. Souza Lemos, ao mesmo tempo, se faz de tal valorização justamente para sustentar uma leitura do comerciante português como um “Sedutor Algoz”. Procedimento de inventividade jornalística que parece ter contrariado o distinto doutor. Ou pelo menos é o que indica a carta de sua autoria vinculada pelo jornal no dia seguinte, na penúltima parte da cobertura jornalística da suposta série de crimes perpetuados contra Clara Triger.

Na referida correspondência, o médico mais uma vez apresenta sua versão dos fatos. Dessa vez, com o manifesto objetivo de esclarecer a “omissão” “de certas circunstâncias” das versões anteriormente publicadas de seus depoimentos pelo *Correio*, pois ao se ler tais elipses o fariam parecer “um acusador de Virgílio” (Correio da Manhã, 30-09-1901: 2). Nesse sentido, foi com “pesar” de contradizer uma “senhora respeitável”, que Souza Lemos mantém sua declaração de que Virgílio havia trazido Clara para sua residência fazendo recomendações sobre sua “honestidade”, ou seja, afirmando-a donzela (Correio da Manhã, 30-09-1901: 2). O médico reitera também que só teria descoberto que a jovem não era mais virgem após Clara passar mal, tendo dias depois, intimado Virgílio a assinar um termo assegurando que a moça já havia sido levada para sua residência desvirginada.

Apenas a partir daí o médico dispõe dos episódios que supostamente teriam sido “omitidos” (Correio da Manhã, 30-09-1901: 2). Descreve primeiramente, o interrogatório no qual Virgílio teria inquirido Clara buscando provar sua inocência. Testemunha do ocorrido, Dr. Souza Lemos teria passado a perceber a moça sob uma perspectiva bem diferente daquela até então plasmada pela folha, adquirindo “convicção” de que Clara era uma “perdida” (Correio da Manhã, 30-09-1901: 2). Segundo a carta, na citada ocasião, a jovem teria atribuído seu desvirginamento a outro homem, afirmando, todavia, ter mantido relações com Almeida e outros subalternos da casa enquanto trabalhava na residência do comerciante (Correio da Manhã, 30-09-1901: 2). A “perdição” figura na narrativa do médico inversa, portanto, à noção de “honestidade”, atribuída à jovem pelo seu ex-patrão quando Almeida a entregou aos cuidados de Souza Lemos.

Diante da ameaça de uma sexualidade feminina desregulada, o médico ainda justificaria não ter envolvido as autoridades no assunto, optando por contatar a família da moça, com o intuito de “salvaguardar a respeitabilidade” da sua casa, não querendo de modo algum tornar-se “acusador de Virgílio”, “por uma falta de que não” ficou convencido ser ele “o culpado” (Correio da Manhã, 30-09-1901: 2). Em sua defesa, Souza Lemos apelaria à imprudência que significaria envolver o nome de chefes de família em tamanho escândalo, desafiando inclusive a atirar a primeira pedra aquele que, podendo evitar um “escândalo”, e “imprudently” o provoca (Correio da Manhã, 30-09-1901: 2).

Circunstâncias essas que podemos traduzir como um escândalo sexual envolvendo um homem de sociedade e uma criada supostamente perpetuadora de uma conduta sexual imprópria. Nada obstante, às suas ponderações sobre a moral de Clara, o médico somaria ainda a descrição de outro momento, no qual a jovem, após um breve período de internação psiquiátrica, teria ido à sua residência pedindo, junto à sua família, para ser empregada novamente. Em tal ocasião, Clara supostamente teria admitido com “desfaçatez que estava grávida” ao ser questionada sobre seu aspecto físico. Resposta que para o médico pintaria “o estado moral dessa infeliz” (*Correio da Manhã*, 30-09-1901: 2).

No caso da jovem Clara Triger, protagonista da série de reportagens “Sedutor e Algoz” veremos também como a sexualidade é considerada de modo decisivo. Sua conduta sexual também é avaliada no discurso jornalístico tendo em conta sua conduta laboral. Tal característica encontra eco naquele sistema de exclusão mencionada acima. Acentuando esse ponto, é possível perceber como a sexualidade é capturada pela malha do discurso, o que reforça a tendência descrita abaixo:

“O que caracteriza a sexualidade moderna no Ocidente não é ter encontrado [...] a linguagem de sua razão ou de sua natureza, mas o ter sido, e mediante a violência de seus discursos, “desnaturalizada” [...]. Não liberamos a sexualidade, mas a levamos, exatamente, até o limite: limite de nossa consciência, já que ela dita finalmente a única leitura possível para nossa consciência, de nossa inconsciência; limite da lei: já que aparece como o único conteúdo absolutamente universal do proibido [...]” (Foucault, 2010e: 145; 2001a: 261).

A loucura como ícone da infâmia passa a ser associada então ao desvio sexual. Essa é uma característica especialmente forte da sociedade capitalista que prima pela produção e preservação de corpos produtivos em lugar de corpos de prazer. Mesmo que presente em outros tempos, ganha força considerável e novos traços a partir da Modernidade. “É a partir de princípios do séc. XIX que [...] anomalias sexuais são identificadas com a loucura e são consideradas características ocultas manifestadas por um ser incapaz de se adaptar à família burguesa europeia” (Foucault, 2010d: 322; 2001a: 999).

Outro aspecto importante que pode ser notado nos relatos jornalísticos aqui arrolados é a importância da figura do médico para a internação ou liberação da pessoa examinada. Foucault dirá que

“[...] do séc. XVII ao XIX, o direito de exigir a internação de um louco pertencia à família. Era a família, em primeiro lugar, que excluía os loucos. [...] a partir do séc. XIX, essa prerrogativa familiar foi sendo perdida progressivamente e concedida aos médicos. Para internar um louco, exigia-se um certificado médico e, uma vez internado, o louco ficava privado de toda responsabilidade [trabalho] e de todo direito como membro da família, perdia inclusive a cidadania, ficava inabilitado” (Foucault, 2010d: 321; 2001a: 999).

Essa “medicalização do louco”, fruto de “razões essencialmente econômicas e sociais” foi algo muito tardio e relacionado a um problema mais abrangente (Foucault, 2010d: 325; 2001a: 1.003). Progressivamente, o sexo passa a ser assunto do Estado. Com esse novo enfoque, cabe ao Estado, em parceria com instituições da sociedade civil, envolver o sexo por uma gama crescentemente complexa de discursos. Saberes como a Economia, a Pedagogia, o Direito e a Medicina ganham notoriedade nesse processo. O sexo será um “meio de controle econômico e sujeição política” (Foucault, 2010f: 118; 1976: 163). Com isso podemos compreender o papel central do discurso médico na pessoa do Dr. Souza Lemos, figura cujos depoimentos serão investidos de distinção pelo jornal na sua cobertura dos supostos crimes perpetrados contra Clara.

De uma “infeliz órfã” de 14 anos cuja virgindade foi roubada forçosamente, e como tal uma deflorada passível de proteção, a uma também “infeliz”, mas “perdida” menor de 16 anos, que mantivera relações sexuais com múltiplos parceiros, incluindo seu patrão casado, ambas as representações da “symphatica” Clara disputadas por diferentes atores na cobertura de “Sedutor e Algoz”, evidenciam-nos leituras opostas, pelas quais a conduta sexual feminina poderia ser apreendida quando se tratando de crimes sexuais. Representações, a partir da qual interpretamos uma conjuntura histórica em que as duas experiências de feminilidades eram críveis, ainda que as significações a elas atribuídas pudessem assumir caráter antagônico, sobretudo uma vez mediadas por membros de setores médios e altos da sociedade.

A última reportagem da série, publicada em 1 de outubro de 1901, manteria a acusação contra que Virgílio afirmando novamente que outras órfãs por ele desgraçadas teriam entrado em contato com a folha. No entanto sob a justificativa de não querer mais provocar asco aos seus leitores o jornal afirma que caberia a partir de então a polícia tomar as atitudes necessárias, nunca mais voltando a citar a “desgraçada” Clara Triger.

4. Conclusão

Analisando o corpo de reportagens intituladas “*Sedutor e algoz – Uma Série de Crimes*”, vimos como qualificações ligadas à loucura e a sexualidade desordeira foram mobilizadas e disputadas em meio a cobertura jornalística da suposta “desgraça” de Clara Triger. Nesse sentido, a caracterização inicialmente proposta pelo jornal da jovem como uma órfã virgem, recatada, simpática e branca, expressa uma representação de feminilidade muito específica, que a afastava das tão temidas “especuladoras da honra” de que alertavam médicos e juristas do começo do século XX.

Ou seja, para acusar Virgílio de Almeida de seus supostos crimes, primeiramente, o corpo editorial do Correio precisou afirmar Clara, a sua conjeturada vítima, enquanto uma moça passível de proteção. Imagem essa, impugnada pelos defensores do suposto algoz, cujos depoimentos

propõem a “alemãzinha” como uma “perdida”, que não se deixou vigiar por sua patroa e teria mantido relações sexuais com múltiplos parceiros.

Uma jovem que escapava a vigilância e o controle de seus padrões para viver sua sexualidade, ou uma menor casta deflorada forçosamente por um homem vil de desejos descontrolados? Como observa a bibliografia voltada ao período, as duas as versões de Clara poderiam ter existido em tal contexto histórico. No entanto, mais do que buscar a realidade por trás de tais categorizações, o que nos interessou no presente trabalho foi a percepção de que ambas as versões foram mobilizadas respondendo à discursos científicos que concebiam o controle da sexualidade como um imperativo para a manutenção da ordem social.

Em meio a hipóteses e sensacionalismos, a análise de tais narrativas nos evidenciou um contexto histórico e social regido por aquilo que Foucault caracterizaria como uma complexa trama de expressões microfísicas de poder na forma de diferentes relações, instituições e discursos. Conjetura essa, na qual a conduta e o corpo feminino foram alvos de construções típicas da relação saber-poder. Nesse sentido, intelectuais, médicos e juristas objetivaram fixar a imagem da mulher não somente como baluarte da instituição familiar, mas também como uma agente de controle da sexualidade.

Ao aproximarmos esses extratos jornalísticos à obra de Foucault, vimos como a tendência folhetinesca é exemplo forte de uma aproximação entre literatura e periodismo na construção da loucura, da vida infame. Deste modo, observamos a potencialidade do periodismo em desvelar, mesmo em suas notas sensacionalistas a respeito de tragédias cotidianas, vislumbres de mecanismos e discursos que orientam a coação dos corpos e das condutas.

BIBLIOGRAFIA

- Barbosa, Marialva (1997): “Imprensa, Poder e Público: Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)”. En: *Intercom*, vol. 20, nº 5, pp 87-102.
- _____. (2010): *História Cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000*. Rio de Janeiro: Maud.
- Brasil (1890): “Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890”. Disponible en: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto847-11-outubro-1890-503086-publicacaoriginal-1-pe.html> [23/07/2018].
- Bittencourt, Edmundo (1901): “Correio da Manhã”. En: *Correio da Manhã*, 15 de junho, nº.1, p.1.
- Castro, Francisco José Viveiros de (1936): *Os Delictos contra a honra da mulher*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos, Freitas Bastos & CIA.

- Chalhoub, Sidney (2001): *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Campinas: Editora da Unicamp.
- *Correio da Manhã*. (1901): “Seductor Algoz - uma série de crimes”. 26 de setembro, nº 105, p.2.
- _____. (1901): “Seductor e Algoz - uma série de crimes”, 27 de setembro, nº 106, p.2.
- _____. (1901): “Seductor e Algoz - uma série de crimes”, 28 de setembro, nº 106, p.2.
- _____. (1901): “Seductor e Algoz - uma série de crimes”, 29 de setembro, nº 107, p.2.
- _____. (1901): “Seductor e Algoz - uma série de crimes”, 30 de setembro, nº.108, p.2.
- _____. (1903): “Evandra”, 4 de novembro, nº143, p.2
- Derrida, Jacques (2001): *Três tempos sobre a História da loucura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Edmundo, Luis (2003): *Rio de Janeiro do meu tempo*. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal.
- Esteves, Martha de Abreu (1989): *Meninas Perdidas - Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- El Far, Alessandra (2004): *Páginas de Sensação*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Foucault, Michel (1976): *Histoire de la sexualité I. La volonté de savoir*. Paris: Gallimard.
- _____. (2001a): *Dits et Écrits I – 1954-1975*. Paris: Quarto Gallimard.
- _____. (2001b): *Dits et Écrits II – 1976-1988*. Paris: Quarto Gallimard.
- _____. (2010a): *Obras esenciales*. Barcelona: Paidós.
- _____. (2010b). La vida de los hombres infames. En: *Obras esenciales*. Barcelona: Paidós.
- _____. (2010c): La locura y la sociedad. En: *Obras esenciales*. Barcelona: Paidós.
- _____. (2010d): La locura y la sociedad. En: *Obras esenciales*. Barcelona: Paidós.
- _____. (2010e): Prefacio a la transgresión. En: *Obras esenciales*. Barcelona: Paidós.
- _____. (2010f): *Historia de la sexualidad 1*. Buenos Aires: Siglo veintiuno.
- _____. (2013): *História da loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva.
- Garzoni, Lericé (2009): “Nós, em nome do povo, cuja causa defendemos - o Correio da Manhã e a campanha contra as carnes verdes (1901)”. En: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*, vol.24, nº 24, pp. 158-174.
- _____. (2011): “Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do *Correio da Manhã* (1898-1901)”. En: *Topoi*, vol. 12, nº.1, pp.158-177.
- _____. (2012). *Arena de combate: gênero e direitos na imprensa diária (Rio de Janeiro, início do século XX)*. Tesis Doctoral. Unicamp.

Guimarães, Valéria (2004): “Primórdios da história do sensacionalismo no Brasil: os faits divers criminais”. En: *Revista ArtCultura*, vol. 16, nº. 29, pp. 103-124.

_____. (2007): “Os dramas da cidade nos jornais de São Paulo na passagem do dezenovevinte”. En: *Revista Brasileira de História*, vol. 27, nº27, pp. 323-349.

_____. (2009): “Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX”. En: *Revista ArtCultura*, vol. 11, nº. 18, pp. 227-240. Disponible en: http://www.artcultura.inhis.ufu.br/PDF18/v_guimaraes_18.PDF [24/08/2017].

_____. (2013): *Notícias diversas - suicídios por amor, 'leituras contagiosas' e cultura popular em São Paulo nos anos dez*. São Paulo: Mercado das Letras.

- Graham, Sandra Lauderdale (1992): *Proteção e obediência - Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Machado, Roberto (1979): “Por uma genealogia do poder”. En: Roberto Machado (org.): *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.

- Marroco, Beatriz (2003). Foucault y el periodismo. En: *Athena Digital*, Vol 4, nº4, pp.7-14.

- Martins, Ana Luiza; De Luca, Tania Regina (2006): *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora da UNESP.

- Martins, Ana Vosne (2004): *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

- Meyer, Marlise (1996): *Folhetim - Uma história*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Roncador, Sônia (2007): “O demônio familiar: lavadeiras, amas-de-leite e criadas na narrativa de Júlia Lopes de Almeida”. En: *Luso-Brazilian Review*, vol. 44, nº.1, pp 94-119.

- Roudinesco, Elisabeth. *et al.* (1994): *Leituras da História da loucura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

- Soihet, Rachel (1989): *Condição Feminina e Formas de Violência: Mulheres Pobres e Ordem Urbana 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- Sodré, Nelson Werneck (1999): *História de Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 4ª Ed.